Aprovado uso de exames da rede privada no SUS

Proposta quer evitar que pacientes tenham de repetir exames já feitos

Juliano Piasentin
juliano.piasentin@gruposinos.com.br

Novo Hamburgo – A Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo aprovou, nesta segunda-feira (9), um projeto de lei que garante aos usuários da rede pública de saúde o direito de apresentar exames e documentos médicos realizados na rede privada. A proposta do vereador Eliton Ávila (Podemos) busca evitar que pacientes tenham de repetir exames já realizados em laboratórios, clínicas ou hospitais particulares para conseguir atendimento pelo SUS municipal.


Eliton Ávila

"Muitas vezes cansadas de esperar na fila para exames, as pessoas conseguem ir lá, entre trancos e barrancos, pagar o exame. Mas no momento da consulta no SUS, esses documentos acabam perdendo a validade", explica Ávila.

O parlamentar salienta que as demandas relacionadas ao tema são recorrentes. "Amanhã [terça-feira] vou me reunir com a secretária da Saúde [Betina Espíndula] para saber exatamente quantos pacientes perderam a oportunidade de avançar em seus procedimentos pelo uso de exames privados."

Facilitador

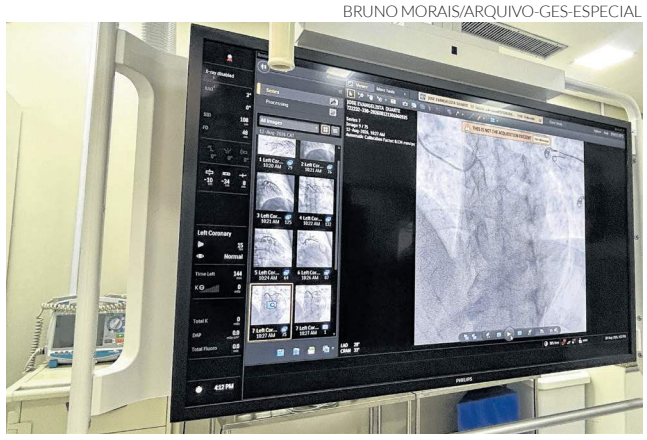
O autor reforça que o projeto busca facilitar a vida para quem utiliza o SUS. "Além disso, a fila para exames será desafogada, gerando ainda economia ao município." A relação inclui exames laboratoriais, exames de imagem, laudos e relatórios médicos.

Esses documentos poderão ser utilizados para subsidiar o atendimento e compor o histórico clínico do paciente. Na prática: um paciente que realizou um exame de sangue, uma tomografia ou uma ressonância magnética em uma clínica particular poderá apresentar os resultados quando procurar atendimento na rede municipal.

O ponto central é estabelecer que a autonomia dos profissionais deverá ser preservada, assim como suas avaliações.

abc+
Confira mais notícias sobre a política local em abcmais.com/politica

BRUNO MORAIS/ARQUIVO-GES-ESPECIAL


Ideia é que exames particulares sejam aceitos pelo SUS

Obrigação da rede pública e critérios utilizados

O artigo 2º determina que as unidades da rede pública municipal ficam obrigadas a aceitar os exames e documentos apresentados pelo paciente. O texto também proíbe que a repetição dos procedimentos seja exigida como condição para dar continuidade ao tratamento realizar consultas e fazer intervenções cirúrgicas.

Entretanto, existe uma ressalva importante: aceitar o documento não significa necessariamente utilizá-lo como válido para a conduta médica.

O projeto estabelece condições para o aproveitamento dos exames particulares, como o prazo de validade do documento. Requisitos técnicos também deverão ser atendidos.

Além disso, o artigo 3º prevê situações em que o profissional poderá justificar a necessidade de repetição do exame: inconformidade técnica; rasura; suspeita de fraude e alteração significativa no quadro clínico do paciente.

Segundo Ávila, a proibição das exigências para repetição de exames é o principal efeito prático pretendido. Aprovado em dois turnos, o projeto precisa ser sancionado pelo prefeito Gustavo Finck (PP) para entrar em vigor.

Lei Finck poderá ser revogada dois anos depois de aprovada em Novo Hamburgo

Novo Hamburgo – Apresentada pelo então vereador Gustavo Finck (PP) e aprovada na Câmara de Vereadores em outubro de 2024, a lei municipal que veda a realização de eventos festivos com a utilização de recursos públicos quando o município se encontrar em estado de calamidade pública ou em situação de emergência deverá ser revogada em Novo Hamburgo.

De autoria dos vereadores Cristiano Coller (PP), Daia Hanich (MDB), Enio Brizola (PT), Felipe Kuhm Braun (PSDB) e Professora Luciana Martins (PT), o projeto de lei foi aprovado em 1º turno por unanimidade – irá a mais uma votação. Na justificativa, os parlamentares afirmam que a vedação absoluta à realização de eventos com recursos públicos durante a vigência de decretos de calamidade pública ou situação de emergência não atende ao interesse público. Segundo o projeto, a situação de emergência ou de estado de calamidade pública não significa, necessariamente, a paralisação das atividades culturais.

DANIELE SOUZA/CMNH


Câmara avançou na revogação de lei em Novo Hamburgo

Situações distintas

O projeto aborda que em muitos casos, essas iniciativas contribuem para a recuperação econômica, fortalecem a cultura local, geram emprego e renda e promovem a reconstrução do convívio social.

"Além disso, a continuidade de atividades culturais desenvolvidas em parceria com entidades da sociedade civil, artistas e coletivos culturais representa importante instrumento de acolhimento, fortalecimento dos vínculos comunitários, especialmente em momentos de adversidade", diz o texto.

Juliano Piasentin
abcmais.com/politica
juliano.piasentin@gruposinos.com.br



Mulheres em maioria

Com as ausências dos vereadores Juliano Souto (PL) e Ico Heming (Podemos), que estão em Brasília para o congresso da União dos Vereadores do Brasil (UBV), a mesa diretora teve maioria de mulheres nesta segunda-feira (9) em Novo Hamburgo. O vice-presidente, Felipe Kuhn Braun (PSDB), assumiu a presidência e convidou as vereadoras Professora Luciana Martins (PT) e Daia Hanich (MDB) para compor a 1ª e 2ª vice-presidência, respectivamente. Deza Guerreiro (PP) passou da 1ª vice-presidência para vice-presidente.

Comusa cobrada na tribuna

Por falar em vereadoras, Daia Hanich e Luciana Martins cobraram a Comusa na tribuna do Legislativo. O motivo é recorrente falta de água no bairro Canudos. "Solicitei informações ao Executivo sobre a implementação de uma nova adutora no Canudos. A concorrência eletrônica foi revogada, precisamos saber quando será a nova licitação e também a previsão da obra. Os moradores precisam de respostas e de água na torneira", cobrou Daia.

Aumento na tarifa

Luciana questionou se um novo reajuste será proposto pela companhia em 2027. "Vamos ter aumento novamente em janeiro? Afinal, temos recorrentes falta de água." A vereadora reforçou a presença de um representante do Procon na sessão de quarta-feira (11). "Vamos cobrar."

Vai assumir a Prefeitura?

O presidente da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo, vereador Juliano Souto (PL), pode terminar sua passagem pela presidência do Legislativo sem assumir a Prefeitura. Ele poderia comandar o Executivo em caso de ausências do prefeito e do vice-prefeito. Na última semana, Gustavo Finck (PP) esteve na Espanha e passou o cargo para Gerson Haas (PL). Se Haas tirasse um período de férias, a cadeira seria repassada a Souto. Em 2025, o então presidente do Legislativo, Cristiano Coller (PP), também não assumiu.

Comum no Estado

No governo do Estado é comum que o governador e o vice-governador se ausentem por um curto período para que o presidente da Assembleia Legislativa assuma o Piratini. A transferência de cargo é considerada um gesto de cordialidade entre os poderes.

Gabriel assume

Por falar nisso, o vice-governador Gabriel Souza (MDB) estará como governador em exercício até sexta-feira (13), período em que o governador Eduardo Leite estará em missão internacional participando da COP31 na Turquia.

Novidades no governo Zucco

Governador eleito, Luciano Zucco (PL) deve anunciar novos nomes para compor o governo a partir de janeiro de 2027 ainda nesta semana. Até o momento, 12 profissionais foram anunciados por Zucco.

Foco na transição

Após alguns dias de descanso, Zucco já voltou ao trabalho. Focado na transição de governo, ele despacha do Instituto Caldeira, em Porto Alegre.